

Plano de Actividades 2010



Enquadramento

O corrente ano de 2009 marcou o início do mandato dos novos órgãos sociais da Plataforma Portuguesa das ONGD, eleitos em Janeiro.

Foram vários os assuntos que ocuparam, ao longo do ano, o trabalho da Direcção e do Secretariado, destacando-se pela sua importância e previsível impacto no trabalho da Plataforma e das suas associadas nos próximos anos, a discussão e assinatura de um contrato programa, para os próximos 4 anos, entre o IPAD e a Plataforma, o processo de elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, publicada recentemente em Diário da República e também o início da revisão do enquadramento normativo das linhas de co-financiamento do IPAD para projectos de ONGD.

Em todas estas questões as ONGD associadas da Plataforma tiveram um papel activo. As consultas efectuadas e as informações solicitadas em diversos momentos pelo secretariado, em complemento com as actividades e discussões tidas ao nível dos Grupos de Trabalho, foram a base para as discussões que tivemos com os nossos principais interlocutores públicos. Foram várias as reuniões efectuadas quer com o IPAD, quer com o Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, quer também com o Presidente do Tribunal de Contas, o que permitiu solidificar o diálogo com estas instituições e estabelecer plataformas de trabalho que tiveram frutos importantes e continuarão a ser exploradas ao longo deste mandato.

Em relação aos vários Grupos de Trabalho da Plataforma (GT), o regulamento interno aprovado no início do ano pretendeu estabelecer um conjunto de princípios orientadores e facilitadores das actividades e discussões desenvolvidas pelas ONGD que compõem os 4 GT activos. O funcionamento dos GT de Aid Watch, Ajuda Humanitária, Recursos Humanos e voluntariado e Educação para o Desenvolvimento pretende manter uma dinâmica de diversificação de relações com vários actores, nacionais e internacionais, que trabalham na área da Cooperação Internacional.

Em 2009, acolhemos no seio da Plataforma uma nova associada, a ADDHU, o que eleva o nº de membros para os 55. A avaliar pelo nº de candidaturas recebidas ao longo de 2009 e perspectivado também o trabalho de divulgação que pretendemos desenvolver, esperamos continuara a aumentar o nº de associadas da Plataforma, alargando assim o nosso papel como interlocutor principal do Estado no diálogo com as ONGD.

Relativamente à situação financeira da Plataforma, a assinatura do Contrato Programa permite finalmente perspectivar uma estabilidade financeira da Plataforma para os próximos anos. Esta situação possibilitará iniciarmos um trabalho sustentado visando a valorização dos recursos humanos e técnicos das nossas associadas e, simultaneamente, encontrar fontes alternativas de financiamento das nossas actividades que levem a uma diminuição progressiva da nossa dependência financeira relativamente às verbas do IPAD.

Este Contrato Programa, assinado no início de Outubro, irá permitir-nos implementar um Programa de Actividades, estruturado em torno de duas áreas essenciais: Capacitação de Recursos Humanos e Sensibilização da Opinião Pública para as questões da Cooperação para o Desenvolvimento e para a relevância e impacto do trabalho feito pelos diversos actores que nela intervêm.

Prioridades de acção para 2010

Continuarão a ser 5 os eixos principais que orientarão a actuação global da Plataforma para o ano de 2010. Estes eixos foram definidos tendo em conta o trabalho que a Plataforma tem realizado ao longo dos últimos anos, procurando abordar as áreas em que julgamos poder contribuir para uma melhoria significativa do contexto de trabalho das ONGD, valorizando o seu papel no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento e reforçando a sua capacidade de intervenção e influência junto de outros actores que trabalham nesta área.

Os 5 eixos identificados são:

- 1. Reforço da participação da Plataforma nos fóruns de debate nacionais e internacionais, relacionados com os principais temas em que as suas associadas têm intervenção;**
- 2. Aprofundar e solidificar as relações ONGD/Estado e participação no esforço de qualificação da Cooperação Portuguesa;**
- 3. Valorizar os recursos humanos e as capacidades técnicas e operacionais das ONGD;**
- 4. Maximizar a capacidade de Informação e sensibilização da opinião pública relativamente à Cooperação para o Desenvolvimento e ao papel que as ONGD têm neste âmbito;**
- 5. Melhorar a organização e o funcionamento interno da Plataforma;**

O Programa de Actividades incluído no Contrato Programa, assinado pela Plataforma e pelo IPAD no passado mês de Outubro, será a referência para o trabalho que efectuaremos ao longo de 2010, englobando intervenções em todos os 5 eixos definidos.

Eixo 1 - Reforço da participação da Plataforma nos fóruns de debate nacionais e internacionais, relacionados com os principais temas em que as suas associadas têm intervenção;

No final de 2008 teve lugar a primeira edição do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento, iniciativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (SENEC), que pretende institucionalizar um fórum de diálogo com a participação de diversos actores da Sociedade Civil. No contexto deste fórum foram lançadas as bases para a elaboração de uma

série de estratégias temáticas, nas quais a Plataforma e várias associadas têm intervindo a diversos níveis.

O processo de elaboração da **Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)**, cuja primeira fase terminou com a publicação do documento final em Diário da República, terá desenvolvimentos importantes em 2010.

A construção do Plano de Acção, que operacionalizará o documento teórico da ENED, foi já iniciada e implicará uma participação muito activa da Plataforma e de todas as ONGD que intervêm nesta área. Pretende-se que este Plano de Acção seja o mais inclusivo possível e possa enquadrar o trabalho presente e futuro dos vários actores que trabalham em Educação para o Desenvolvimento. Neste contexto, serão vários os momentos de trabalho conjunto ao longo do ano nesta área específica.

Procurando contribuir para uma cada vez maior visibilidade institucional da Plataforma, na **3ª edição dos Dias do Desenvolvimento**, que decorrerá no próximo mês de Abril, a Plataforma procurará ter um papel importante na promoção do trabalho das ONGD e da importância da sua intervenção, estando neste momento a ser discutida a possibilidade de organizar um dos seminários previstos pelo IPAD.

No âmbito dos projectos e **Grupos de Trabalho da Plataforma**, 2010 será um ano de continuidade nos trabalhos iniciados, mantendo o desafio e o esforço de envolver cada vez mais ONGD nos vários GT e agendando e implementando acções estruturadas, claramente ligadas às agendas políticas estabelecidas ao nível nacional e internacional:

- a) **A nível nacional**, as acções centrar-se-ão na consolidação dos processos de advocacy que têm vindo a ser implementados pelos vários grupos de trabalho, nomeadamente:
 - i) Através da acção do **Grupo de Trabalho “Aid Watch”**, monitorizar a orçamentação e execução financeira da Ajuda Pública ao Desenvolvimento Nacional, procurando manter o Estado Português vinculado aos compromissos assumidos nesta matéria. Para estas temáticas, o alvo privilegiado das acções previstas serão o SENE, o IPAD e as Comissões Permanentes de Negócios Estrangeiros e do Orçamento da Assembleia da República.
 - ii) O **Grupo de Trabalho De Educação para o Desenvolvimento** prosseguirá o seu trabalho de reflexão e partilha de informação sobre projectos e conceitos

relacionados com ED, procurando contribuir para a partilha de boas práticas entre as organizações com intervenções nesta área. Procurar-se-á igualmente, no âmbito da participação no processo de construção do Plano da Acção da ENED, reactivar a colaboração com o Ministério da Educação na elaboração de conteúdos pedagógicos de ED que possam ser utilizados pelos professores dos vários ciclos de ensino.

- iii) O **Grupo de Recursos Humanos e Voluntariado** pretende desenvolver acções que promovam a melhoria das condições de gestão do voluntariado para a cooperação em Portugal, principalmente via a revisão da relação entre o estatuto do cooperante e a lei que rege as actividades do voluntariado (lei 71/98 de 03 de Novembro), bem como assegurar a criação e/ou implementação concreta dos mecanismos destinados a facilitar a saída (comissão gratuita de serviço, etc.), a presença no terreno (segurança, etc.) e o regresso.

Outras acções desenvolvidas pelo grupo incluem a participação nas reuniões do Concelho Nacional para a Promoção do Voluntariado com o intuito de reforçar, no seio deste órgão inter-ministerial, a importância das questões de Voluntariado para a Cooperação, a partilha de informação sobre gestão do voluntariado, a elaboração de informação para os suportes de informação da Plataforma e do Concelho.

- iv) O **grupo de Ajuda Humanitária de Emergência** procurará dar continuidade às acções desenvolvidas nos últimos anos, nomeadamente no que diz respeito à elaboração de propostas destinadas a melhorar a coordenação/articulação dos actores da Ajuda Humanitária em caso de crise. Nesse sentido deverão ser iniciadas uma série de consultas a várias entidades que trabalham nesta área com o objectivo de estabelecer bases para a formulação de uma estratégia Global de intervenção em Crises Humanitárias.

Continuar-se-á a implementar acções de advocacy relativamente à necessidade de criação de um fundo cativo para a intervenção humanitária, e a promoção do Código de Conduta sobre Intervenção Humanitária, elaborado em Outubro de 2007 e divulgado em vários fóruns nacionais e internacionais.

- b) **Ao nível Europeu**, as acções de advocacy serão realizadas principalmente via a presença de membros da Plataforma Portuguesa das ONGD em grupos de trabalho do CONCORD, nomeadamente:

- Acompanhamento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (Aid Watch)
- Financiamento para o Desenvolvimento (FDR)
- Fórum de Educação para o Desenvolvimento
- Monitorização e acompanhamento das políticas de desenvolvimento (Policy Forum)
- Quadrilogue
- Assembleias Gerais do CONCORD

As prioridades e orientações de cada um destes grupos estão detalhadas nas respectivas secções do website do CONCORD (www.concordeurope.org)

- c) **Ao nível Internacional**, em 2010 pretende-se consolidar a capacidade de influência da Plataforma Portuguesa das ONGD, tendo como base acções desenvolvidas nos últimos anos, ligadas nomeadamente à construção e implementação da estratégia conjunta UE-África, preparando a participação das ONGD Portuguesas, Europeias e Africanas nos processos de toma de decisão política ligados aos diferentes aspectos da relação entre ambos os continentes (migração, comércio, cooperação para o desenvolvimento, governação).

A Estratégia Conjunta EU-África e o respectivo Plano de Acção 2008-2010, adoptados em Lisboa em Dezembro de 2007, durante a presidência Portuguesa da UE, estabelecem uma filosofia que pretende mover esta parceria para além do desenvolvimento (através de uma parceria política, que estabeleça um diálogo profundo e regular sobre questões de interesse mútuo), para além de África (através de respostas mais concertadas aos desafios da globalização, promovendo agendas comuns nos fóruns internacionais, definindo posições comuns sobre conflitos internacionais e pressionando para uma representação mais forte de África nas instituições internacionais) e para além das instituições (implementando uma parceria centrada nas pessoas, que inclua consultas alargadas à sociedade civil, a implementação de uma plataforma de diálogo e de implementação da Estratégia Conjunta e a intensificação das relações entre os Parlamentos Europeu e Pan-Africano).

Nos primeiros meses de 2010 apresentaremos um **estudo temático que efectuará um balanço da evolução das parcerias estratégicas estabelecidas na Cimeira UE-África de Lisboa**, que teve lugar em Dezembro de 2007. Este estudo, avaliará o estado geral de implementação da Estratégia, identificando os resultados dois anos após a sua aprovação, analisará os progressos, resultados e dificuldades encontradas na implementação do Plano de Acção 2008-2010,

particularmente dos avanços e pontos de bloqueio em cada uma das oito parcerias temáticas e avaliará também o papel dos vários actores, europeus e africanos, nesta implementação, nomeadamente sobre as formas de envolvimento da sociedade civil.

Por outro lado procuraremos consolidar importantes parcerias retomadas em 2009 com organismos internacionais de relevância, como o Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, a Secretaria-geral Iberoamericana e a CPLP.

- d) Sempre que relevante, procuraremos estar presentes em eventos internacionais relevantes para o trabalho efectuado pelas ONGD, procurando criar uma rede de contactos que abra canais de comunicação com plataformas, redes e ONGD de outros países.

Eixo 2 - Aprofundar e solidificar as relações ONGD/Estado e participação no esforço de qualificação da Cooperação Portuguesa

A relação institucional entre o Estado Português e as ONGD é relativamente recente, formalizada pelo Protocolo de Cooperação assinado em Junho de 2001 entre a Plataforma das ONGD e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde se reconhece o papel fundamental que as organizações não governamentais de desenvolvimento assumem, cada vez mais, no âmbito da ajuda ao desenvolvimento, da ajuda humanitária e de emergência e na educação para o desenvolvimento.

A Plataforma procurou, ao longo dos anos, operacionalizar as disposições constantes deste protocolo, de modo a que constituir-se como um parceiro activo de todos os agentes nas áreas de intervenção das ONGD.

No entanto, a participação da sociedade civil é ainda pouco significativa, quer nos processos de tomada de decisão dos programas de cooperação, quer como actores importantes da reflexão sobre a cooperação para o desenvolvimento, quer ainda como agentes mais activos na implementação dos programas de cooperação do Estado português.

Ao longo de 2009 mantivemos um diálogo constante e produtivo com o IPAD e com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, abordando diversos assuntos importantes para as ONGD.

Este relacionamento institucional será consolidado em 2010, mantendo activas as discussões iniciadas. Continuaremos a trabalhar em conjunto com o IPAD na **revisão das regras de**

candidatura e análise dos projectos apresentados no âmbito das linhas de Co-financiamento destinadas a ONGD. Havendo já alterações acordadas entre ambas as partes, este trabalho conjunto continuará durante 2010, uma vez que subsistem várias questões importantes em aberto que deverão ser clarificadas durante o ano de 2010.

Em estreita ligação com este assunto, intensificaremos o diálogo com o **Tribunal de Contas** no sentido de definir claramente alguns dos pontos relacionados com o reporting financeiro dos projectos relativamente aos quais subsistem dúvidas que necessitam de ser esclarecidas. Neste sentido, dispomos neste momento de um ponto focal no Tribunal de Contas, com o qual iremos trabalhar ao longo de 2010.

Terá igualmente continuação o trabalho realizado junto da **Assembleia da República**, quer ao nível das Comissões Permanentes de Negócios Estrangeiros e de Finanças, quer ao nível do contacto directo com os Grupos Parlamentares, procurando sensibilizá-los para a importância das questões da Cooperação para o Desenvolvimento.

Eixo nº 3 - Valorizar os recursos humanos e as capacidades técnicas e operacionais das ONGD
--

O fortalecimento institucional das ONGD passa sem dúvida pela consolidação do seu know-how relativamente a planificação, gestão e avaliação de estratégias e projectos ligados às áreas de actuação das ONGD (educação para o desenvolvimento, cooperação para o desenvolvimento, ajuda humanitária de emergência).

Parte das insuficiências na capacidade de intervenção da sociedade civil têm a ver com factores inerentes ao próprio contexto destas organizações, muitas vezes caracterizado pela fraca capacidade institucional e operativa, pela insuficiente disponibilidade de recursos humanos e financeiros ou pela competição por recursos e fraca coordenação entre organizações. Nos últimos anos tem-se assistido a esforços importantes para colmatar estes problemas.

Actualmente, o sector da sociedade civil portuguesa mais ligada à cooperação encontra-se num processo de profissionalização acelerada, que é especialmente sentido nas ONGD e na Plataforma, que se vêem confrontadas com a necessidade de reforçar a expertise sobre várias matérias internacionais, bem como de promover a sua continuidade e capacidade de trabalho,

o que só poderá ser conseguido com um aumento de previsibilidade dos financiamentos e com uma consolidação dos recursos humanos envolvidos. A análise deste contexto português permite perceber também a existência de lacunas significativas a nível formativo em diversas questões importantes no panorama da cooperação nacional e internacional.

A Plataforma das ONGD desenvolveu nos últimos anos cursos de formação em diversas áreas que no entanto não foram estruturadas num Plano Formativo integrado e coerente com as propostas e sugestões apresentadas pelas ONGD.

A **Capacitação dos Recursos Humanos das ONGD** é sem dúvida uma das apostas principais da Direcção para este mandato. Por isso uma das vertentes principais do Contrato Programa assinado com o IPAD envolve a implementação, ao longo dos próximos 4 anos, de um **Plano de Formação**, construído com base num trabalho de identificação das necessidades das ONGD, incidindo quer ao nível dos vários aspectos ligados à Gestão de Projectos, quer ao nível da Gestão Interna das Organizações.

Estas formações deverão contribuir para melhorar a qualidade dos projectos apresentados no âmbito das linhas de co-financiamento a que as ONGD podem concorrer (IPAD, Comissão Europeia e outras), aumentando o número de organizações com projectos aprovados no âmbito destas linhas. Por outro lado, pretende-se contribuir decisivamente para a melhoria da estabilidade interna das ONGD, quer ao nível financeiro, diversificando o acesso a fontes de financiamento, quer ao nível da sua estrutura de recursos humanos.

O Programa de Formação define duas áreas de intervenção essenciais para a valorização dos recursos humanos das ONGD:

- a) **Elaboração de Projectos de Cooperação**, com formações previstas em:
- Gestão de Projectos (de acordo com as regras definidas em conjunto com o IPAD e com as regras definidas pela União Europeia – linhas de co-financiamento PVD e ED), preenchimento dos formulários, quadros lógicos, relatórios de execução e relatórios financeiros;
 - Avaliação (da organização e de projectos)
 - Tendências actuais da Cooperação Internacional (modalidades da ajuda, políticas de cooperação multilaterais e bilaterais, agenda da coordenação e harmonização);

Como apoio documental a esta vertente formativa será elaborado um manual abordando as várias vertentes da Gestão e do Ciclo do Projecto. Este documento de suporte teórico às

formações nesta área terá em atenção o enquadramento normativo em que se baseiam as principais linhas de financiamento de projectos de ONGD a que as nossas associadas recorrem (IPAD e CE) e apontará igualmente caminhos alternativos que permitam a estas organizações perspectivar uma diversificação das suas fontes de financiamento.

b) Gestão Interna das Organizações, com formações previstas em:

- Planeamento estratégico das organizações (missão, visão e valores base, opções estratégicas, desafios internos);
- Gestão de Recursos Humanos, Liderança, gestão de equipas e inovação social;
- Parcerias, redes sociais e relacionamento com os stakeholders da organização (compreender o ambiente externo, desafios externos);
- Questões legais, estatuto das ONGD e benefícios fiscais a ele associado;
- Estratégias de comunicação e imagem;
- Ética e responsabilidade social.

Procurando complementar este Plano de Formação e consolidando a parceria iniciada em 2007 com a **Fundação Calouste Gulbenkian**, será apresentado um novo projecto que visará a implementação de um curso de formação composto por módulos autónomos que abordem temáticas mais especializadas como a coerência das políticas e de acção das ONGD, a necessidade de criação de um código de conduto para o sector da sociedade Civil ou a análise e Gestão de Risco. Procurar-se-á associar a este projecto uma Universidade com experiencia na área das Relações Internacionais.

Tendo já havido discussões preliminares com a Fundação Gulbenkian sobre o projecto, o mesmo encontra-se ainda a ser analisado, pelo que o seu financiamento não está ainda assegurado.

Iniciando a operacionalização do Protocolo assinado em 2009 com a **Escola Superior de Comunicação de Lisboa**, prevê-se igualmente a realização de um curso de formação especializado na área da Comunicação, adaptado à realidade das ONGD nacionais.

Prevemos igualmente prosseguir com as formações organizadas no âmbito da parceria com as **firmas de advogados “Miranda, Correia, Amendoeira e Associados” e Vieira de Almeida e Associados**”, contribuindo para o esclarecimento de questões específicas ligadas ao estatuto legal das ONGD.

A ligação da Plataforma ao **CONCORD** é cada vez mais relevante uma vez que as decisões tomadas a nível europeu terão cada vez mais influência no contexto nacional em que as ONGD da Plataforma trabalham. Nesse sentido procuraremos também promover formações que permitam às nossas associadas aprofundar o seu conhecimento sobre o funcionamento das estruturas europeias ligadas à Cooperação e também do próprio funcionamento do CONCORD e de outras Plataformas Europeias.

Eixo 4 – Maximizar a capacidade de Informação e sensibilização da opinião pública relativamente à Cooperação para o Desenvolvimento e ao papel que as ONGD têm neste âmbito

Embora seja evidente a crescente importância e impacto que as questões ligadas à Cooperação para o Desenvolvimento têm na evolução económica e política de Portugal, verifica-se que a sensibilização da sociedade portuguesa para estas questões é ainda incipiente. Por um lado, todo o contexto que enquadra as políticas e relações de cooperação não está ainda apropriado pela sociedade, onde continua a transparecer uma visão baseada em pressupostos históricos que, sendo uma base importante para o relacionamento privilegiado com alguns países, estão ultrapassados e reduzem a Cooperação para o Desenvolvimento a uma obrigação política. Por outro lado, o tratamento mediático desta área é muito limitado e circunstancial, condicionado pelo impacto visual de certos acontecimentos que dirigem o olhar da opinião pública para uma dimensão demasiado negativa e redutora do trabalho implementado pelos vários agentes que trabalham na Cooperação para o Desenvolvimento.

A Sociedade Civil portuguesa sofre com esta falta de conhecimento. Muitas organizações não são conhecidas e o impacto do seu trabalho não tem a visibilidade necessária para atrair a curiosidade da opinião pública e o interesse em promover uma discussão sobre as suas actividades. O reconhecimento por parte de muitas entidades oficiais do papel representativo que a Plataforma das ONGD tem e da sua importância institucional, não tem repercussão junto

de empresas, universidades ou municípios, actores cada vez mais activos nas nossas áreas de intervenção.

As actividades promovidas pela Plataforma Portuguesa das ONGD nos últimos anos têm procurado contribuir para a valorização do trabalho das suas associadas e para a divulgação das temáticas da cooperação nos media e na sociedade portuguesa em geral. Reconhecendo a necessidade de intensificar este trabalho, o Contrato Programa prevê a implementação de uma Campanha de Sensibilização que envolverá intervenções a diversos níveis:

- (i) **Reforçar do conhecimento da opinião pública portuguesa sobre a abrangência temática da Cooperação para o Desenvolvimento e a diversidade e impacto do trabalho feito pelos diversos actores com intervenções neste domínio.** O objectivo é promover o debate e a discussão destas temáticas, fazendo passar a mensagem de que existem soluções conjuntas para problemas comuns e que os cidadãos têm a capacidade de actuar de forma construtiva na promoção destas mudanças, quer individualmente, quer colectivamente. Os veículos de informação utilizados para este objectivo devem ser múltiplos, incluindo a publicação de artigos em jornais, a promoção de debates em rádios de pendor informativo, a participação em programas de debate nas várias televisões generalistas e noticiosas, a divulgação do site da Plataforma em meios de grande visibilidade, a produção de documentos informativos e de divulgação.

- (ii) **Promover oportunidades de cooperação com outros agentes da Sociedade Civil (Universidades, Empresas, Municípios).** A capacidade científica das Universidades pode ser um elemento importante na componente de investigação sobre as temáticas da Cooperação e do Desenvolvimento e na necessária tarefa de reflexão e actualização dos conhecimentos nestas áreas. No âmbito empresarial, a Responsabilidade Social das Empresas é um tema que vem sendo crescentemente discutido pelos agentes do Desenvolvimento. Algumas ONGD têm participado activamente nesta discussão e o diálogo entre empresas e Sociedade Civil é sem dúvida uma área a explorar. Existem já muitas Câmaras Municipais Portuguesas com diversos projectos de cooperação em execução, quer em Portugal, quer em países onde muitas ONGD trabalham há vários anos. A capacidade operacional das ONGD e o seu conhecimento do terreno e da especificidade de cada região pode contribuir decisivamente para a eficácia das acções implementadas pelos Municípios, pelo que fará todo o sentido aproveitar esta oportunidade de cooperação.

Os contactos estabelecidos com este conjunto de entidades serão a base para a preparação **de 3 seminários**, que terão lugar no segundo semestre de 2010, onde se procurará promover uma reflexão conjunta sobre a Cooperação Portuguesa e que podem ser considerados como o primeiro momento de uma Campanha abrangente de Sensibilização da Opinião Pública para a importância das questões do Desenvolvimento, encarando-o como um Direito Humano Fundamental.

No âmbito desta intervenção **será elaborado um estudo temático** em que se procurará fazer um levantamento de todos os documentos já disponíveis que analisem a evolução e o estado presente da coordenação entre as várias entidades que trabalham na área da Cooperação. Por outro este estudo deverá apontar as falhas existentes nesta coordenação e apontar caminhos futuros, de acordo com a realidade nacional e com as actuais tendências de evolução internacional da Cooperação para o Desenvolvimento.

- (iii) Procurar **sensibilizar os media** para o seu papel essencial enquanto intermediários e interlocutores privilegiados na transmissão de informação geral ou específica sobre Cooperação Internacional e Desenvolvimento. Normalmente o acompanhamento das questões do desenvolvimento pelos meios de comunicação é feito em momentos específicos (p.ex. visitas oficiais), não havendo um tratamento informativo coerente e continuado dos assuntos que permita perceber a importância e o alcance destas questões. Motivar e atrair a atenção dos media e dos jornalistas tem sido um trabalho difícil que a Plataforma não se cansa de tentar solidificar. Neste contexto, está prevista a organização de pelo menos **um seminário especificamente dirigido aos media e 2 workshops temáticos**. No mesmo sentido, a divulgação de todas as actividades previstas neste programa em jornais e outros meios de comunicação procurará criar uma rotina informativa que tenderá a multiplicar os espaços dedicados a esta área.
- (iv) **Aumentar a capacidade dos actores da cooperação para transmitir mensagens adequadas aos diferentes públicos-alvo**. A falta de visibilidade das várias instituições, públicas e privadas, é uma das razões para a falta de conhecimento existente sobre as questões do Desenvolvimento. Parte deste desconhecimento deve-se à falta de capacidade de transmitir mensagens adequadas aos públicos-alvo. O acesso e utilização das diversas Plataformas informativas deve ser intensificado e maximizado. Neste contexto, os instrumentos informativos que a

Plataforma dispõe (site, newsletter) serão reestruturados e servirão de base para a disponibilizar informações e divulgar eventos, actividades e projectos.

Eixo nº 5 - Melhorar a organização e o funcionamento interno da Plataforma;

O reforço da capacidade operacional do Secretariado da Plataforma continua a ser um factor essencial para o sucesso das actividades previstas para esforçar o acompanhamento próximo de todas as áreas em que se pretende intervir.

O desafio de implementar todas as actividades previstas neste Plano de acção é em si mesmo um factor que contribuirá certamente para a melhoria das competências técnicas e organizativas do Secretariado. Todos os seus elementos terão igualmente oportunidade de participar no conjunto de formações previstas para 2010.

A **redefinição das ferramentas de comunicação da Plataforma (website e Newsletter)**, sendo uma necessidade identificada há já algum tempo, apresenta-se sobretudo como uma oportunidade de utilizar as novas plataformas de informação como elementos essenciais de divulgação do trabalho e da identidade da Plataforma e das suas associadas.

A **reestruturação do website da Plataforma** procurará criar espaços diferenciados de divulgação de vários tipos de informação incluindo a criação de uma intranet em que cada ONGD poderá colocar informações sobre a sua organização e os seus projectos, acedendo também a um conjunto de documentos (actas de reuniões, relatórios, fichas temáticas) e de ferramentas úteis que a Plataforma disponibilizará.

No que diz respeito aos **Grupos de Trabalho (GT)** a funcionar no seio da Plataforma e nos quais participam muitas das nossas associadas, continuaremos a incentivar que cada vez mais ONGD participem nas suas reuniões e actividades. Continua a haver igualmente abertura para a formação de novos GT que possam trabalhar em áreas consideradas relevantes.

O **CONCORD** tem vindo a assumir um papel de cada vez mais relevante como representante da Sociedade Civil Europeia no diálogo institucional com a Comissão Europeia. O crescente número de Grupos de Trabalho que funcionam no seu seio tem permitido envolver representantes de muitas Plataformas e redes Europeias na discussão de temas relevantes para o trabalho das ONGD. A Plataforma Portuguesa das ONGD, como foi já referido, encontra-se representada em alguns destes grupos de trabalho (Aid Watch, FDR, Fórum de ED, Policy Fórum, Quadriologue). Existem no entanto outros GT que a Plataforma tem interesse em

acompanhar, não dispondo no entanto de capacidade operacional para o fazer. A Direcção está a estudar a possibilidade de passarmos a ter um Ponto Focal em Bruxelas que permita acompanhar todos estes assuntos de forma mais eficaz.

A Direcção da Plataforma pretende igualmente promover, durante o ano de 2010, espaços de reflexão conjunta de temas de interesse para as ONGD e para debate conjunto das prioridades de actuação, por forma a que haja uma maior apropriação das associadas do trabalho realizado.

Do mesmo modo, e procurando concretizar uma ideia surgida no início de 2009, após a eleição dos actuais órgãos sociais, iremos fomentar encontros com os representantes das ONGD que compõem a Direcção, a Assembleia-geral e o Conselho Fiscal.